

## PREFÁCIO

Num mundo onde a insegurança e os problemas se avolumam, persiste, contudo, um mosaico territorial apelativo e dinâmico, particularmente no espaço europeu. De facto, as virtualidades aí existentes induzem a estratégias que possibilitam um desenvolvimento cada vez mais responsável, para além de inclusivo. Recorde-se que, progressivamente, adiciona-se à abordagem económica a vertente ambiental e a sociocultural, dando-se importância às políticas em que a preservação das paisagens se conjuga com a valorização do património, das especificidades endógenas e da revitalização dos quadros sociais. Este último parâmetro, contudo, necessita de ser cada vez mais incrementado, na sequência dos fluxos migratórios que persistem, pois avolumam-se os desequilíbrios territoriais e as desigualdades, enquanto se reacendem antagonismos de carácter diverso, se bem que predominantemente político-religiosos e naturais.

Como antídoto, porém, revaloriza-se a matriz social nas políticas nacionais e regionais, apontando-se como alternativa novas estratégias que incluem a convergência familiar e a renegociação dos conflitos bélicos que estão na base de grande parte destes fluxos. Acresce que estes movimentos migratórios começam a ser encarados também como oportunidades, nomeadamente em termos de rejuvenescimento estrutural da população europeia. Há, pois, que encarar esta problemática como algo que pode ser catalisador de um desenvolvimento responsável, desde que inserido num invólucro que facilita a preservação da diversidade económica, cultural, religiosa e política. Tal pode desenvolver-se também num quadro inovador, valorizando, por exemplo, uma economia circular ou uma bioeconomia, apoiando-se em meios digitais, no aumento da literacia, na educação e no conhecimento. Assim se favorecerá, de igual modo, a eficiência da exploração dos recursos autóctones, enquanto se aposta num desenvolvimento sustentável, inovador e abrangente, na coesão territorial.

Agravando-se, porém, as problemáticas, há que continuar uma reflexão sobre estes temas. Assim, embora se dê realce ao espaço europeu, este surge cada vez mais correlacionado com outros territórios, como os lusófonos, designadamente o Brasil, com o qual se tem vindo a institucionalizar projetos comuns, agregadores, e a ampliar sinergias. Desta forma, prosseguem as abordagens de múltiplas problemáticas, sempre em contexto multidisciplinar e num quadro interuniversitário e plurinacional, por forma a caminhar-se para uma efetiva revitalização social, cultural, económica e ambiental. Paulatinamente, implementam-se os “Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável” defendidos pela ONU, perspetivando-se um desenvolvimento global nos próximos anos, que inclua áreas tão diversas como as alterações climáticas e as desigualdades tecnológicas, as disparidades económicas e sociais, ou, ainda, a inovação e o desenvolvimento sustentável, a paz e a justiça. Urge, pois, continuar-se a refletir sobre estas problemáticas, se bem que realçando-se as estratégias suscetíveis de as mitigar.

Assim, surgem publicações como “The Overarching Issues of the European Space – Society, Economy and Heritage in a Scenario Towards Greater Territorial Cohesion / Grandes Problemáticas do Espaço Europeu - Sociedade, Economia e Património num Cenário Tendente a uma Maior Coesão Territorial”, obra que nasce da colaboração de especialistas de diversas universidades portuguesas, mas também francesas, búlgaras, romenas, galegas, croatas e, cada vez mais, de outros países de língua oficial portuguesa, com o destaque inquestionável do Brasil. Só desta forma se criam sinergias. Neste contexto, é indubitável a conveniência de se divulgar estudos como os coletados nesta publicação, pois abarcam temáticas incisivas, propiciadoras de cenários inclusivos que valorizam as componentes sociais e culturais, de facto importantes, mas subalternizadas perante a vertente economicista.

Estruturamos esta edição em três partes, incidindo a primeira exatamente na vertente social e cultural, que designamos “Sociedade, Cultura e Educação”. Na realidade, a formação e a educação são potenciadoras do desenvolvimento e da inovação, razão pela qual são destacadas por Stella Dermendzhieva e Tamara Draganova (Universidade de Verliko Tarnovo, Bulgária) nos países balcânicos, incidindo sobretudo no ensino da geografia, designadamente nos objetivos e no curriculum dos diferentes ciclos educativos. As autoras concluem que nestes países se caminha para uma progressiva sincronização, dada a importância da vertente geográfica no ordenamento territorial. Por outro lado, as mutações / inovações curriculares também acompanham a evolução social, como se confirma no caso de Portugal, através da análise do perfil do aluno no século XXI na sua relação com a “nova” flexibilidade curricular implantada no ensino secundário, aspeto realçado por Felisbela Martins. Outra vertente a enfatizar também são as práticas pedagógicas e as escolhas tecnológicas, como sucede no nível superior, aspeto exemplificado por Lígia Santos e Natália Ramos. É, pois, nítida a maior consciencialização das problemáticas sociais no espaço europeu e dos reflexos de inovações técnicas, pedagógicas e curriculares, facilitadoras reais da inclusão social, pelo dilatar da instrução, da educação, da aquisição de competências diversas, indispensáveis no quadro atual.

A sociedade tem, efetivamente, sofrido alterações profundas, decorrentes da maior formação e cultura, contudo, por vezes tal acontece afastando-se dos cânones tradicionais, como refere Paulo Jorge Santos, abalando o sentido identitário e de classe, sobretudo quando o indivíduo se distancia da sua comunidade de origem e se integra em grupos culturais que ainda buscam uma coerência e identidade. Todavia, o desenvolvimento pessoal e societário é inquestionável.

Por outro lado, a complexidade conjuntural existente, os conflitos que se sucedem, refletem a existência de vulnerabilidades nítidas a diversos níveis, ainda agravadas em períodos de crise, como tem sido visível desde 2008. E, apesar de as respostas políticas privilegiarem o reequilíbrio financeiro, ao restringirem os investimentos públicos nos serviços sociais, afetam uma elevada percentagem de pessoas, muito vulneráveis, como referem Fátima Matos, Teresa Sá Marques, Diogo Ribeiro e Ana Catarina Oliveira Maia. Aliás, estas políticas restritivas facilitaram a propagação de um descontentamento generalizado e da contestação na Europa, nomeadamente em Portugal. Este aspeto é abordado por Célia Taborda Silva, correlacionando-o também com a especulação imobiliária e financeira, bem como com a interferência da *Troika* em diversos países e a consequente austeridade que generalizou o desemprego e a precariedade. Assim se multiplicaram as manifestações de protesto, amplificadas com o recurso às novas tecnologias de comunicação e, por consequência, à massificação, neste caso, da contestação pública.

De igual modo, a corrupção e a falta de segurança nas estruturas democráticas, potenciou a crise e a violência, como o estudo de Eduardo Duque e António Calheiros evidencia em Portugal, país que continua frágil em termos democráticos e cívicos. Infelizmente, este cenário está interiorizado não só entre os portugueses, mas também à escala europeia e global. Problema generalizado, com graves consequências, não obstante surgem iniciativas institucionais que o tentam controlar, nomeadamente no que interfere com o direito à segurança social num quadro que abrange diversos parâmetros, dos quais Ana Sofia Carvalho realça a reforma das pensões e a contribuição extraordinária de solidariedade em Portugal, no período crítico de 2011 a 2016. Perante este quadro tão débil, observável de igual modo no setor da saúde, também se aborda a morbidade decorrente da gripe, com distintos graus de perigosidade e contágio, como nos relatam Dominic Royé e Pablo Hernaez nas Comunidades Autónomas de Espanha.

Embora os conflitos territoriais estejam sempre presentes, pela destruição que carregam consigo, eles têm de ser estudados noutras óticas, pois, em simultâneo, reavivam as identidades culturais, exacerbadas em períodos de crise, mas que, ainda assim, “submersas”, perante a incidência dos

nacionalismos, como fica evidenciado por João Luís Fernandes no caso de Olivença. Aliás, estas questões identitárias, políticas, são mais acutilantes na Catalunha e noutros espaços, alertando para a necessidade de também esta vertente ser reposicionada em termos políticos e culturais. Estamos, de facto, perante um período em ebulição, onde a vertente social e cultural deve estar presente nas estratégias a implementar, associando-se às económicas e às políticas.

Felizmente, as estratégias conducentes ao desenvolvimento e à coesão territorial multiplicam-se e, nesta publicação, fica bem patente a importância do turismo, propulsor da recuperação e potencialização do património, nas suas múltiplas facetas, aqui exemplificado de uma forma abrangente (Portugal, Espanha, Macedónia e Brasil) na segunda parte designada “Turismo e Património no Desenvolvimento Territorial”. Na verdade, é a história, mas sobretudo o património arquitetónico que se revitalizam na sequência da perceção da sua real importância nestas dinâmicas, pois não é só o edificado que se recupera e se refuncionaliza, mas também, cada vez mais, o social e o imaterial: todas as vertentes têm de ser conjugadas de uma forma harmoniosa e holística, para se atingir um desenvolvimento sustentável, já que estas componentes refletem a identidade local, a história e as vivências regionais. Neste contexto, é de realçar a recuperação do património búlgaro, nomeadamente o religioso, como nos relatam Athanas Dermendzhiev e Martin Doykov, aposta que em Verliko Tarnovo reativou recursos religiosos, explorando a vertente espiritual e a patrimonial, de uma forma que ultrapassa a escala nacional.

Idêntica perspetiva está a ser adotada na Macedónia, se bem que Slavi Dimitrov e Tatyana Dimitrova, adotando uma perspetiva mais generalista, valorizam não só a vertente religiosa, mas também a multiplicidade de recursos, designadamente o paisagístico e o gastronómico. Tal perspetiva tem sido amplificada pela UNESCO, com a distinção de vários sítios, como sucede na cidade de Ohrid.

Permanecendo nos espaços classificados pela UNESCO, surgem dois artigos que incidem na Região Demarcada do Douro (NE de Portugal), Património da Humanidade desde 2001, onde, para além da “paisagem evolutiva viva”, se valoriza o património vinícola, como faz António Barros Cardoso, privilegiando um caso pleno de história, como é a “Quinta do Noval”, mas também Helena Pina, se bem que, neste caso, numa outra perspetiva, complementar. Com efeito, permanecendo como motor do desenvolvimento duriense a vinha, nas últimas décadas tem-se apostado na requalificação dos vinhedos, numa ótica em que a vertente economicista se conjuga com a inovação e a necessidade da preservação desta paisagem monumental, do seu património e da sua cultura. Havia, ainda, que questionar o impacto da crise neste território, bem como as estratégias utilizadas para a superar. E, é inquestionável, a capacidade inventiva e inovadora do duriense fica confirmada, já que, de facto, as estratégias foram múltiplas, se bem que privilegiando nitidamente o turismo, ao conjugar a paisagem com a recuperação do património construído, mas também com a revitalização da vertente imaterial, ou da gastronomia e vinhos, envoltos ainda numa ampla divulgação e num marketing agressivo.

Todavia, nem sempre os impactos do turismo são os melhores, como constatamos através da perceção dos seus efeitos quer na perspetiva dos residentes, quer na dos turistas, sendo evidente, mas diferenciado de acordo com o respetivo perfil. Assim, sobretudo quando, como nos exemplos analisados, se tinha estrategicamente valorizado a vertente economicista, nem sempre os resultados foram os esperados, dada a vigência de expectativas financeiras exacerbadas, enquanto se subvalorizava as outras vertentes, como as imateriais, o património e a história, apesar de distintas e identitárias. Tais resultados menos otimistas foram observados quer em meios urbanos, nomeadamente em núcleos patrimonializados, como Santiago de Compostela, onde Larissa Gabriel, Jakson Soares e Christiane Godoi denunciaram, por vezes, visões críticas, sobretudo dos residentes, quando foram abordados sobre a forma como o seu património era utilizado e com tal afetava o seu cotidiano.

Contexto similar descobrimos no extremo leste da Europa, na Bulgária, como evidencia Milen Penderiev, quando analisa o comportamento dos turistas, aqui com um perfil distinto, mais imprevisível, pelo que designa de “errantes” ou “deturpadores”, já que a população autóctone, ao tentar responder às motivações externas, secundarizava o autêntico, o específico e único, como a gastronomia, por exemplo, o que constitui um paradoxo que, felizmente, está a ser (re)observado segundo outros parâmetros mais realistas e sustentáveis.

Mas regressemos ao espaço espanhol, direcionando-nos para Ibiza, tendo por base o estudo de Maria Dolores Fernández, Daniel Bassi e José Cardona. Muito elucidativo, este artigo comprova a valorização que os residentes e os turistas fazem de 12 produtos autóctones, aspeto generalizado em Espanha, embora diferenciado de acordo com o perfil do turista. O mesmo sucede no outro lado do Atlântico, em Punta Del Este (Uruguai), local menos procurado, sobretudo pelo grupo designado “Pouco interessados”, de acordo com a tipologia de turistas utilizada pelos autores, através do qual se confirma a débil atenção dada à autenticidade, à identidade local. Felizmente existem também os “Entusiastas” que justificam esta aposta turística, pela forma como a valorizam e a reconhecem como fonte de cultura e propulsora do desenvolvimento local.

Idêntico cenário encontramos ainda no Brasil, neste caso, em Joinville (Santa Catarina), município predominantemente industrial. Aí, embora confirmando-se também a importância do turismo como um dos agentes dinamizadores do município, são detetados reflexos negativos, apontados sobretudo pelas mulheres. Não obstante, através da existência de campanhas de sensibilização e de consciencialização dos residentes, como referem Elaine Scalabrini, Paula Remoaldo e Júlia Lourenço, perspetiva-se uma melhor convivência entre as atividades turísticas, as industriais e a população local, aguardando-se um desenvolvimento saudável, inclusivo.

Na terceira parte desta publicação, intitulada “Ambiente e Cidades nas Dinâmicas Espaciais”, privilegiam-se as problemáticas de carácter ambiental e as respetivas estratégias mitigadoras, quer em espaços naturais, quer em meios urbanos. Dominam, porém, as incidências em núcleos citadinos, nomeadamente os núcleos históricos que, sem a devida proteção jurídica, se degradam, facilitando uma gentrificação. Há que visualizar estes espaços de uma forma integradora, único meio de manter a sua identidade, mas em contexto pacífico e sustentável, como referem Maria Cristina Simão e Rosângela Cavallazzi, no Brasil, ou ainda Murilo Fonseca, em Vila Nova de Gaia (Portugal).

Mas, indiscutivelmente, são as experiências brasileiras que dominam na terceira parte desta publicação, como constatamos em Seropédica (Rio de Janeiro), exemplo abordado por Leandro Dias de Oliveira, através do qual percecionamos os problemas associados à implantação da “cidade sustentável”, recorrendo à instalação de unidades industriais e logísticas associadas. Por outro lado, transitando para a Amazónia, mais propriamente para os municípios de Santarém e Marabá, a situação altera-se, já que as redes de acessibilidade e os transportes, conectados a um plano de desenvolvimento inclusivo, proporcionaram um dinamismo urbano e regional sensível, como referem Jader Ferreira e Júlia Lourenço.

Todavia, dada a sua diversidade e gravidade, são os problemas ambientais que sobressaem neste capítulo, nomeadamente na cidade do Rio de Janeiro e sua área metropolitana. É o caso da poluição atmosférica. Sendo múltiplas as vertentes para a analisar, também as metodologias associadas à sua mensuração se diversificam, como sucede com as “ilhas de calor”. Neste capítulo, Andrews Lucena e Leonardo Peres abordam várias dessas metodologias e respetivos resultados, comparando-os de forma crítica, o que nos proporciona um estudo de clima urbano muito abrangente.

Sendo globais estas problemáticas, como é óbvio multiplicam-se contudo as interferências decorrentes das especificidades locais e regionais. Assim, também no espaço europeu as detetamos, mas acompanhadas por outras e por estratégias de mitigação / preservação, como as relacionadas

com a conservação da natureza e a criação de espaços protegidos. Aposta observada na sua fase inicial numa ótica individual, isolada, inscreve-se agora em redes internacionais. Acresce que, embora mais tardiamente, também outros espaços para além dos europeus, despertaram para esta problemática, como sucedeu em meios africanos, e é retratado no caso da Namíbia, num estudo apresentado por Daniel Franqueira, José António Vázquez e Ndapewa Nakanyete. Espaço inscrito no designado “Conservantes”, aí se tenta revitalizar espaços e espécies da fauna e da flora sujeitos a devastações múltiplas, mas em cujas dinâmicas os responsáveis pelo projeto colocam como agentes-chave, a população endógena. Assim se perspetiva um desenvolvimento sustentável, harmonioso.

Por seu lado, no espaço europeu também os problemas de carácter ambiental se multiplicam, bem como as estratégias de resolução, sendo diferenciadas, como se pode constatar através da Ilha de Hvar (Croácia) onde, a intervenção humana nos últimos cem anos decorrente do êxodo rural e da desagrarização, conduziu à deterioração, ou mesmo à anulação dos vinhedos e dos olivais autóctones. Contudo, a recente recuperação destes solos tem permitido travar a progressão do maquis, revitalizando estas ilhas. O exemplo apresentado por Antonio Moric-Spanic e Borna Fuerst-Bjelis, comprova estas dinâmicas.

Por fim, reportemo-nos a outro problema ambiental e, desta feita, posicionando-nos no NW da Península Ibérica: as inundações. Tendo por base Betanzos (A Coruña, Espanha), aglomerado que se desenvolveu nas margens do rio, ao longo da sua história observaram-se períodos muito críticos decorrentes de cheias fluviais, mas também de invasões sustentadas pela entrada de águas marítimas, durante as marés vivas. As estratégias mitigadoras, no entanto, vão surgindo, como especifica Alexandre Vázquez-Rodríguez, perante a valorização da perspetiva ambiental e, numa ótica holística, que conjuga os aspetos ambientais com os antrópicos. Assim se multiplicam os estudos sobre inundações e as estratégias para minimizar este problema, como constatamos em Betanzos.

Em síntese, apesar da multiplicidade de problemáticas com que diariamente nos confrontamos e da valorização da vertente economicista, quando se perspetiva a resolução dos problemas, paulatinamente também as vertentes ambiental, societária e cultural sobressaem, dilatando-se a sua aceitação pelos poderes decisórios. Para tal, porém, é indispensável a contínua aposta na formação técnica e aspirar a um real desenvolvimento, sustentável e polifacetado, para além de distintivo, através do qual se aprofunda a coesão territorial e a inclusão social. Na verdade, as potencialidades endógenas persistem, mas têm de ser visualizadas de uma forma integradora, dinâmica e inovadora, preservando o endógeno, o distintivo, num cenário holístico, revitalizante, inclusivo. Há que preservar a diversidade, as distintas culturas identitárias, mas sem travar o desenvolvimento.

Helena Pina  
Dezembro de 2017

